



POLIVIAS TRANSPORTES

Polivias S.A. Transportes e Serviços

CNPJ nº 53.611.828/0001-42

Demonstrações financeiras - Exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Balanco patrimonial					
	2019	2018		2019	2018
Ativo/Circulante	14.749	15.248			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	2.911	3.779			
Contas a receber de clientes (Nota 8)	10.782	10.310			
Impostos a recuperar (Nota 10)	-	495			
Estoque	-	83			
Demaís contas a receber (Nota 9)	-	478			
Não circulante	16.702	10.021			
Impostos a recuperar (Nota 10)	-	256			
Demaís contas a receber (Nota 9)	-	307			
Arrendamento mercantil (Nota 11)	4.983	-			
Imobilizado (Nota 11)	11.091	9.705			
Intangível	-	2			
Total do ativo	31.451	25.279			
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido					
	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total	
	Legal	Investimento			
Em 1º/01/2018	4.800	960	9.182	-	14.942
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.047	7.047
Avaliação de lucros	-	-	-	(5.578)	(5.578)
Transferência entre reservas	-	-	1.469	-	1.469
Em 31/12/2018	4.800	960	10.651	-	16.411
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.630	6.630
Distribuição de lucros	-	-	-	(6.970)	(6.970)
Transferência entre reservas	-	-	(340)	340	-
Em 31/12/2019	4.800	960	10.311	-	16.071

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Polivias S.A. Transportes e Serviços ("Companhia") tem entre seus principais objetivos a prestação de serviços com foco nas áreas de transporte e armazenagem, no território nacional e internacional, em diversos setores da economia, tais como: bens de consumo, químicos e agropecuária. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo e filiais em locais estratégicos como São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, bem como Argentina e Chile, e com escritórios administrativos no Uruguai e Paraguai. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 12/03/2021. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Elas foram preparadas considerando o custo histórico com base no valor. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2. Conversão de moeda:** (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, estão sendo apresentada em milhares de reais, que é a sua moeda de apresentação. (b) **Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e valor insignificante de mudança de valor. **2.4. Ativos financeiros:** **2.4.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Em 31/12/2019, a Companhia não possuía ativos financeiros mensurados ao valor justo. (a) **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber de clientes". **2.4.2. Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos das transações financeiras. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos a receber tenham vencido ou tenham sido transferidos, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros classificados como custo amortizados são mensurados usando o método da taxa efetiva de juros. As variações cambiais de itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício. **2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente a eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **2.4.4. Impairment de ativos financeiros:** (a) **Ativos mensurados ao custo amortizado:** Os ativos financeiros do grupo de ativos financeiros estão sujeitos ao teste de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O valor da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa estimados (excluindo os efeitos de perda, os ativos não foram incorridos) descontados à taxa de juros em valor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros estão deteriorados. **2.5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou impairment). Uma provisão apenas é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. Na prática, o valor justo das contas a receber de clientes não diverge do valor das vendas, considerando os prazos médios de recebimento. **2.6. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos. A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhão trator, semibrebo e empilhadeiras - 10 anos; • Automóveis - 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos - 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais" e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial. **2.7. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor contábil líquido (ou de uma UGC), menos as despesas de disposição, e o valor líquido de venda. **2.8. Estimativas e premissas contábeis críticas:** A Companhia não participa de quaisquer negociações de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia está exposta a risco de mercado, de câmbio, de crédito e de liquidez. (a) **Risco de mercado:** Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre da captação de financiamentos de curto e longo prazos. As taxas de juros sobre estes financiamentos encontram-se mencionadas na Nota 12. A Companhia está exposta a risco de oscilação das taxas de juros quando ocorre um descaimento entre as taxas de juros praticadas pela Companhia e as taxas de juros de mercado. Em 31/12/2019, parte substancial do endividamento total da Companhia denominou em reais e sujeito à flutuação de taxas como a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). O aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos seus financiamentos, resultando em um impacto significativo sobre as despesas financeiras e resultados operacionais. (b) **Risco com taxa de câmbio:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados. Em 31/12/2019, a Companhia possuía contas a receber em moeda estrangeira no montante de R\$9.321 (R\$8.976 em 2018) além de saldos de câmbio a liquidar no montante de R\$237 (R\$2.456 em 2018). (c) **Risco de crédito:** O risco de crédito refere-se, principalmente, às disponibilidades e às contas a receber da Companhia. Para minimizar seus riscos, a Companhia realiza transações com bancos de primeira linha e clientes de grande porte para os quais são realizadas análises periódicas de limites de crédito. (d) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez representa a possibilidade de descaimento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade da Companhia em cumprir com suas obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia vem utilizando de financiamentos com instituições financeiras além de recursos obtidos com sócios para garantir o cumprimento de suas obrigações, presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Diretoria

Aos Administradores e Acionistas Polivias S.A. Transportes e Serviços. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Polivias S.A. Transportes e Serviços ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Polivias S.A. Transportes e Serviços em 31/12/2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não

Balanco patrimonial					
	2019	2018		2019	2018
Passivo/Circulante	8.076	5.521			
Financiamentos (Nota 12)	3.357	2.677			
Fornecedores (Nota 13)	1.810	1.709			
Salários e encargos (Notas 14)	861	695			
Impostos a recolher e obrigações sociais	60	172			
Imposto de renda e contribuição social a pagar	695	55			
Arrendamento mercantil a pagar (Nota 16)	1.147	-			
Demaís contas a pagar (Nota 13)	146	213			
Não circulante	7.304	3.347			
Financiamentos (Nota 12)	2.609	2.652			
Provisão para contingências (Nota 15)	675	675			
Demaís contas a pagar (Nota 13)	-	20			
Arrendamento mercantil a pagar (Nota 16)	4.020	-			
Patrimônio líquido (Nota 17)	16.074	16.411			
Capital social	4.800	4.800			
Reservas de lucros	11.271	11.611			
Total do passivo e patrimônio líquido	31.451	25.279			

pagamento por devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, o valor justo das contas a pagar a fornecedores não diverge do valor das compras, considerando os prazos médios de pagamento. **2.10. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor pode ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidações é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.11. Capital social:** O capital social da Companhia, totalmente integralizado, é de R\$ 4.800, representado por 480.000 ações nominativas com valor unitário de R\$ 10,00 (dez reais), divididas em duas classes de ações: (a) 240.000 ações ordinárias nominativas e (b) 240.000 ações preferenciais nominativas. **2.12. Reconhecimento da receita:** A receita decorre da venda de bens e serviços, a qual é reconhecida na data da prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos sobre vendas, de devoluções, de abatimentos e de descontos. Geralmente, o montante de receitas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. (a) **Receita de serviços:** A partir de 1º/01/2018, a receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a prestação dos serviços. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado. Anteriormente o reconhecimento da receita se dava tomando por base a conclusão dos serviços. (b) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. **2.13. Imposto de renda e contribuição social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre o renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social ("CSLL") corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre o renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças nas bases fiscais dos ativos e seus valores contábeis. **2.14. Arrendamentos:** Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1/01/2019: No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2). O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado por deteriorações remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos e remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa. **2.15. IPC 22 - Incertezas em relação a tratamentos tributários:** Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto sobre o renda e contribuição social sobre o lucro líquido. De acordo com a interpretação, as empresas devem mensurar e reconhecer o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. Esta interpretação está em vigor, desde 1º/01/2019 e não foram identificados impactos relevantes referente a referida interpretação que não vinham sendo divulgados nas demonstrações financeiras da Companhia. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** **3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas:** Como base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. (a) **Vidas úteis de ativos imobilizados:** Os ativos imobilizados são depreciados, respectivamente, durante sua vida útil. A vida útil de um ativo é determinada pela administração em relação ao período em que os ativos gerarão receitas e é periodicamente revisada para adequação contínua. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os novos valores são apropriados ao resultado do exercício conforme as novas estimativas. Mais detalhes, incluindo valores contábeis, estão apresentados na Nota 11. (b) **Provisão para contingências:** A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas, sendo as provisões para demandas judiciais constituídas para cobrir os riscos de perda. A administração avalia a provisão de acordo com a probabilidade de a ser realizada pela Companhia com o auxílio dos assessores legais externos. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência existente, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e os valores envolvidos (Nota 15). **4. Gestão de capital:** Condições com as empresas do segmento, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do lucro líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	2019	2018		2019	2018
Total dos financiamentos	5.329	5.329			
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(2.911)	(3.779)			
Dívida líquida	3.059	1.550			
Total do patrimônio líquido	16.255	16.411			
Total do capital	19.310	17.961			
Índice de alavancagem financeira %	15,82	8,62			

5. Gestão de risco financeiro: A forma de identificação e condução dos riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade. A administração da Companhia é responsável pela gestão dos riscos garantindo que todos os riscos financeiros sejam identificados, avaliados e gerenciados de forma apropriada. A Companhia não participa de quaisquer negociações de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia está exposta a risco de mercado, de câmbio, de crédito e de liquidez. (a) **Risco de mercado:** Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre da captação de financiamentos de curto e longo prazos. As taxas de juros sobre estes financiamentos encontram-se mencionadas na Nota 12. A Companhia está exposta a risco de oscilação das taxas de juros quando ocorre um descaimento entre as taxas de juros praticadas pela Companhia e as taxas de juros de mercado. Em 31/12/2019, parte substancial do endividamento total da Companhia denominou em reais e sujeito à flutuação de taxas como a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). O aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos seus financiamentos, resultando em um impacto significativo sobre as despesas financeiras e resultados operacionais. (b) **Risco com taxa de câmbio:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados. Em 31/12/2019, a Companhia possuía contas a receber em moeda estrangeira no montante de R\$9.321 (R\$8.976 em 2018) além de saldos de câmbio a liquidar no montante de R\$237 (R\$2.456 em 2018). (c) **Risco de crédito:** O risco de crédito refere-se, principalmente, às disponibilidades e às contas a receber da Companhia. Para minimizar seus riscos, a Companhia realiza transações com bancos de primeira linha e clientes de grande porte para os quais são realizadas análises periódicas de limites de crédito. (d) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez representa a possibilidade de descaimento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade da Companhia em cumprir com suas obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia vem utilizando de financiamentos com instituições financeiras além de recursos obtidos com sócios para garantir o cumprimento de suas obrigações, presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Relatório do auditor independente

expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a confiabilidade e integridade das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão

Demonstração do resultado					
	2019	2018		2019	2018
Receita de serviços prestados (Nota 18)	104.467	118.590			
Custo dos serviços prestados (Nota 19)	(87.968)	(100.888)			
Lucro bruto	16.499	17.702			
Despesas gerais e administrativas e comerciais (Nota 19)	(6.617)	(7.886)			
Outras receitas, líquidas	1.257	677			
Lucro operacional	11.139	10.493			
Receitas financeiras	315	1.300			
Despesas financeiras	(1.500)	(1.656)			
Resultado financeiro (Nota 20)	(1.194)	(356)			
Lucro antes do IR e da CS	9.945	10.137			
Imposto de renda e contribuição social (Nota 21)	(3.315)	(3.090)			
Lucro líquido do exercício	6.630	7.047			
Lucro líquido por ação	13,813	14,681			

Demonstração do resultado abrangente					
	2019	2018		2019	2018
Lucro líquido do exercício	6.630	7.047			
Total do resultado abrangente do exercício	6.630	7.047			

6. Instrumentos financeiros por categoria: **Ativos, conforme balanço patrimonial** Caixa e equivalente de caixa (Nota 7) Contas a receber de clientes (Nota 8) Total em 31/12/2019 Caixa e equivalente de caixa (Nota 7) Contas a receber de clientes (Nota 8) Total em 31/12/2018 **Passivos, conforme balanço patrimonial** Empréstimos e financiamentos (Nota 12) Arrendamento mercantil (Nota 16) Total em 31/12/2019 Financiamentos (Nota 12) Fornecedores (Nota 13) Total em 31/12/2018 **7. Caixa e equivalentes de caixa:** Dinheiro em espécie - Caixa Depósitos bancários em conta corrente Câmbio a liquidar (a)

	2019	2018
Ativos, conforme balanço patrimonial	1.651	1.337
Caixa e equivalente de caixa (Nota 7)	2.911	3.779
Contas a receber de clientes nacionais	9.551	9.206
Contas a receber de clientes internacionais	(230)	(230)
Provisão para perda esperada de contas a receber	10.782	10.310
A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada abaixo:	2019	2018
A vencer	7.875	8.045
Vencidos até 30 dias	1.970	1.623
Vencidos até 60 dias	165	210
Vencidos até 90 dias	468	81
Vencidos acima de 90 dias	304	351
	10.782	10.310

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia constituiu provisão para perda estimada de contas a receber no montante de R\$ 230. As contas a receber de clientes internacionais estão substancialmente denominadas em dólares norte-americanos. **9. Demaís contas a receber:** Adiantamentos a fornecedores Adiantamentos a funcionários Bloqueio judicial

	2019	2018
Circulante	478	684
Não circulante	307	68
Total	785	752

	2017	Adições	Depreciação	2018	Adições	Depreciação	2019
ICMS	8.280	389	(1.297)	7.372	681	(1.339)	6.714
IRPJ e CSLL	-	37	(5)	32	-	(7)	34
Outros impostos	1.893	(36)	1.528	2.604	(479)	3.653	3.663
Impostos a recuperar	489	-	(63)	426	-	(63)	363
Máquinas e equipamentos	57	28	(9)	76	3	(10)	69
Equipamentos de informática	83	5	(13)	75	2	(13)	64
Equipamentos de rastreamento	58	-	(18)	40	-	(18)	22
Móveis e utensílios	14	27	(3)	38	-	(4)	34
Outros ativos	15	-	-	15	-	-	15
Total	79	24	-	103	20	-	123
	10.968	510	(1.773)	9.705	3.319	(1.933)	11.091

	2017	Adições	Depreciação	2018	Adições	Depreciação	2019
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	-	4.983
Total	-	-	-	-	-	-	4.983

	2019	2018
3. Fornecedores e demais contas a pagar:		
Contas a pagar a fornecedores	1.347	1.343
Descontos a pagar	464	366
Antecipamentos de clientes	126	93
Envio de cargas a pagar	19	140
	<u>1.956</u>	<u>1.942</u>
Fornecedores	1.810	1.709
Demais contas a pagar - circulante	146	213
Demais contas a pagar - não circulante	-	20
	<u>1.956</u>	<u>1.942</u>